

Revisão semestral 2007 - Pilar Capital Humano

1. Introdução

A avaliação do desempenho do 1º semestre dos sectores para o pilar de Capital Humano mostrou resultados positivos em termos de progresso para o alcance dos indicadores do QAD 2007. Porém, algumas metas críticas não vão ser alcançadas (partos institucionais e TARV pediátrico) e o rácio alunos/professor no ensino primário do 1º grau.

Em termos de execução orçamental, de uma forma geral, o nível de execução no primeiro semestre melhorou, mas continua baixo em relação à execução desejável na área de investimento externo (veja-se o relatório sobre execução do orçamento). De acordo com o REO, o nível das despesas varia de sector para sector, variando de 14,3% no sector de Água e Saneamento (de acordo com os dados do sector a taxa de execução orçamental é de 32%) a 41% no sector da Acção Social. A Educação e a Saúde, em conjunto, totalizam 57,2% do total da despesa nos sectores prioritários e 33% da despesa total do Orçamento do Estado.

2. Indicadores do QAD para 2008 e 2009

Propõe-se a revisão para baixo de 2 das 10 metas definidas para o ano de 2008 tal como indicado na tabela abaixo. A revisão no sentido de redução da meta do indicador “24, *Taxa de conclusão do Ep1, raparigas*” é explicada por um erro cometido aquando da estimativa desta taxa no ano passado. O incremento da meta do indicador “23, *Taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe, raparigas*” em um ponto percentual resulta do sobre cumprimento da meta em 2007. A meta do indicador 27 do sector da Acção Social, reduzirá pelo facto dos limites orçamentais para 2008 comunicados ao MMAS não serem suficientes para atingir a meta inicialmente prevista.

Quadro 1: Metas para 2008 e 2009

Indicadores	Metas originais		Metas propostas	
	2008	2009	2008	2009
Saúde				
19 Taxa de cobertura com DPT3 e Hb em crianças dos 0-12 meses	95%	95%	95%	95%
20 Taxa de cobertura de partos institucionais	53%	56%	53%	56%
21 % de mulheres grávidas e crianças menores de 5 anos que possuem pelo menos uma REMTI em cada distrito sem pulverização	≥95%	≥95%	≥95%	≥95%
22 Número total de pessoas que beneficiam de TARV	132.280	165.000	132.280	165.000
Número de crianças que beneficiam do TARV pediátrico	20.826	30.000	20.826	30.000

Indicadores	Metas originais		Metas propostas	
	2008	2009	2008	2009
Educação				
23 Taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe, raparigas	73%	80%	74%	80%
24 Taxa de conclusão, EP2, raparigas	40%	50%	34%	47%
25 Rácio alunos por professor no EPI	69	69	67	67
Água e Saneamento				
26 Número de novas fontes dispersas construídas	1.055	1.034	1.055	1.034
Acção Social				
27 Número de crianças, pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiência, mulheres chefes de agregado familiar beneficiando de programas de protecção social	279.800	294.400	152.763	294.400

3. Assuntos chaves:

Descentralização

O nível de descentralização de fundos dos sectores para as províncias e distritos é crescente. Ao nível da gestão de processos administrativos continua a revelar-se premente a necessidade de clarificação de competências através da divulgação da lei dos órgãos locais do Estado (LOLE) e de outra legislação relevante aliada à capacitação da cadeia de gestão.

Existe a impressão de que a atribuição de fundos aos distritos para iniciativas locais de investimento pelo Estado, tem-se traduzido numa redução dos recursos da fonte interna que eram destinados ao investimento dos sectores ao nível dos orçamentos de investimento de âmbito provincial.

Especificamente para o sector da educação, a mudança de enfoque na programação e utilização daqueles fundos distritais retirou ao sector, recursos que haviam sido comprometidos em acções já iniciadas.

Gestão de Recursos Humanos

A Gestão de Recursos Humanos continua a ser a principal preocupação na implementação do programa nos sectores. Contudo, constitui preocupação dos sectores a sua reduzida capacidade em contratar e manter o pessoal qualificado chave. A falta de progresso na reforma salarial do sector público está a afectar negativamente o desempenho dos sectores. Face a isto, os sectores maiores (educação e saúde) propõem-se encontrar uma solução temporária para este problema, em conjunto com a ANFP e seus parceiros.

Componente externa

Com os limites estabelecidos para o orçamento de investimento, os sectores poderão não ser capazes de honrar as dívidas assumidas e terão de atrasar a implementação de projectos dependentes de fundos internos.

O problema é maior no sector de Água e Saneamento, mas os outros sectores estão também afectados.

Anti-corrupção

Os sectores de Educação e Saúde são tidos como críticos no que diz respeito à corrupção, facto que faz com que estes sectores sejam parte dos cinco sectores a implementar o Plano Estratégico de Combate a Corrupção, através de um plano de acção. Neste âmbito, o sector da Saúde realizou a primeira Reunião Nacional sobre a Corrupção, como forma de concertar e reflectir sobre os passos subsequentes. O sector da Educação também tem estado a reflectir sobre a corrupção, sendo este assunto tratado ao nível do Plano de Implementação e de Investimentos do Plano Estratégico do Sector.

CFMP/Orçamento 2008

Apesar da elaboração do CFMP ter tido, neste ano, um maior envolvimento dos sectores, o CFMP aprovado ficou aquém das propostas apresentadas. Os sectores sentiram que, na fase final de elaboração do CFMP, não houve diálogo suficiente com os sectores ao nível das prioridades e limites estabelecidos no CFMP aprovado. A fixação dos limites orçamentais para 2008 afectou particularmente o sector da Mulher e Acção Social, resultando numa redução significativa da meta do QAD para os programas de protecção social.

4. Progresso por Sectores

Educação

Em termos de execução orçamental, o sector teve, no 1º semestre de 2007, um peso, em relação ao total de execução da despesa pública, excluindo encargos da dívida, de 21,9% (em igual período de 2006 o peso foi de 20,2%). Em relação ao orçamento aprovado, a taxa de realização foi de 39,7% (em igual período de 2006 a taxa de realização foi de 38,9%). A taxa de realização da despesa de investimento total do sector foi apenas de 25% (componente externa 23,2%).

O sector está em condições de alcançar as metas traçadas face ao indicador *taxa líquida de escolarização aos 6 anos para as raparigas*, que era 70% (a meta é 67%). Por sua vez o sector está aquém de alcançar a meta relacionada com o indicador *rácio alunos por professor no EPI*, que é de 72 (a meta para 2007 é 71).

O sector continuou a (i) a alocar às províncias e distritos recursos financeiros, humanos e materiais para a implementação do programa acelerado de construção de escolas primárias e (ii) a alocar fundos às escolas primárias no contexto do programa “Apoio Directo às Escolas (ADE)”. Estas alocações têm sido financiadas pelos recursos do FASE. Apesar disso, alguns desafios permanecem, nomeadamente a definição dos limites tendo em conta as necessidades e o ciclo de planificação das províncias e distritos, a capacidade das províncias e distritos implementarem o programa de construção acelerado de salas de aula e o facto de o ADE prescrever em detalhe para que actividades os recursos podem ser utilizados.

Ao nível da gestão de processos administrativos continua a revelar-se premente a necessidade de clarificação de competências. A estabilização do corpo docente e de gestão constitui outra preocupação importante no contexto da busca de maior eficácia na gestão das instituições de ensino.

O sector possui actualmente cerca de 83 milhões de meticais em dívidas de comparticipação e IVA do qual 3 milhões de MT referem-se a 2005 e 34,7 milhões de MT referem-se a 2006. Estima-se que entre 60 a 70 milhões de MT transitarão como dívida para 2008.

E preocupação do sector o facto de, de acordo com o CFMP aprovado, os recursos para o sector (para 2008) crescerem apenas pouco mais de 8% relativamente ao orçamento de 2007, comparativamente ao crescimento de 13% do total de recursos atribuíveis aos sectores.

Saúde

O grau de execução orçamental do sector no 1º semestre de 2007 foi de 36%, aproximado ao de igual período no ano transacto (40%). As Despesas Correntes do OE tiveram uma execução de 55%, superior em 10% à execução do 1º semestre do ano passado, isso devido em parte ao bom funcionamento do e-Sistafe. As Despesas de Investimento apresentam uma realização de 43% na componente interna, enquanto que na externa é de 21%.

Os indicadores do Programa de controlo de Malária, PAV e alguns da expansão do Tratamento Anti-Retroviral, tiveram uma evolução positiva. Contudo a cobertura de Partos institucionais mantém a tendência de se situar abaixo da meta, apesar do aumento de Cuidados Obstétricos de Urgência Completos e da construção de casas de espera da mulher grávida.

Está em curso a testagem dos instrumentos para o Estudo das Necessidades em Saúde Reprodutiva, com vista a uma definição de estratégias para o aumento do número de partos institucionais e de partos humanizados.

A situação do TARV pediátrico continua preocupante, agravado pela meta fixada que parece não ser realista, pois a tendência indica que a meta não será cumprida.

Água e Saneamento

O sector de Água e Saneamento tem um peso em relação ao total da execução da despesa total excluindo encargos da dívida, de 2,3% (em igual período de 2006: 2,3%) e uma taxa de realização em relação ao orçamento aprovado de 14,3% (em igual período de 2006: 16,8%). Entretanto a informação fornecida na DNA (32%) é inconsistente com a informação do REO. Este sector verificou um crescimento em termos nominais de 28% em relação a igual período de 2006.

Foram construídas 981 fontes (52,6%) e cerca de 5.000 latrinas melhoradas (incluindo obras dos parceiros e ONGs), o que significa que o sector está em bom andamento com vista ao alcance das metas do QAD estabelecidas para 2007. A avaliação do sector é positiva, tendo em conta que o maior número de obras de grande envergadura sempre acontece no 2º semestre. Porém, persistem problemas da dívida do IVA e de contravalores. No final de 2006 o montante total foi 17 milhões de dólares. Recomenda-se para a necessidade de incluir o valor do IVA no orçamento do sector para 2008.

Acção Social

Acção Social tem um peso em relação ao total da execução da despesa total excluindo encargos da dívida, de 0,7% (em igual período de 2006: 0,6%) e uma taxa de realização em relação ao orçamento aprovado de 41%. Este sector verificou em termos nominais um crescimento de 33,3% em relação a igual período de 2006.

O orçamento disponibilizado ao sector para o ano de 2007 destina-se essencialmente ao pagamento das despesas correntes de funcionamento, bem como às transferências financeiras (Subsídio de Alimentos). Continua a não existir verbas específicas do OE destinadas às restantes formas de atendimento aos grupos alvo bem como à capacitação institucional, facto que obriga ao sector a fazer uma redistribuição interna do único orçamento do Programa de Subsídio de Alimentos pelos outros programas.

O sector já ultrapassou a meta do QAD para 2007. No âmbito dos Programas de Assistência Social Básica, foram atendidas 148.192 beneficiários (123% do planificado), com a seguinte distribuição por grupo alvo: 97.722 pessoas idosas, 6.504 pessoas portadoras de deficiência, 24.887 crianças, 990 doentes crónicos, 4.022 mulheres chefes de agregado familiar e mulheres grávidas, 6.507 pessoas vivendo com HIV/SIDA, 7.560 vítimas de incidentes diversos. Para além deste atendimento suportado pelos fundos do OE, o MMAS realizou outras actividades de destaque com apoio (sobretudo financeiro) disponibilizado pelos parceiros de cooperação e da sociedade civil. Dentre estas destaca-se o atendimento de 88.274 crianças, das quais 47.589 em idade pré-escolar, 40.685 em situação difícil sendo que nestas últimas 23.277 são Crianças Órfãs e Vulneráveis.

Falta de dados de base (informação abrangente sobre o universo de beneficiários e a respectiva desagregação por grupo alvo) continua a ser um desafio para avaliar o desempenho do sector no seu todo. Assim, existe consciência de que as metas definidas ficam aquém do número real das pessoas necessitando de apoios. Paralelamente, o sistema de monitoria e avaliação existente ainda não permite abranger todas as intervenções efectuadas aos vários níveis e áreas do Sector, assim como medir o respectivo impacto. Para minimizar esta situação, o MMAS, com apoio dos parceiros, continua a concentrar esforços na revisão, melhoria e consolidação de um sistema de monitoria e avaliação do sector.

Maputo, 5 de Setembro de 2007.=